



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2020-HFA

TRADICIONAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO

Processo Administrativo Nº 6060.550.024317/2019-55

(SERVIÇOS CONTINUADOS COM MÃO DE OBRA SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **Hospital das Forças Armadas (UASG 112408)**, por meio da Seção de Licitações, sediado(a) Setor HFA, S/Nº - Sudoeste, Brasília-DF – CEP 70.673-900, Telefone (61) 3966 2496, fac-símile (61) 3966-2407 ou 3966-2447, Correio eletrônico licitacao@hfa.mil.br, Pregoeiro designado **KLINGER SANTIAGO DOS SANTOS**, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada **GLOBAL**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Instrução Normativa nº 02, de 11 de outubro de 2010 e nº 01, de 19 de janeiro de 2010, IN-MP nº 02/2017 de 02 de maio de 2017, Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital e aprovado pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Defesa, através do **PARECER n. 00052/2020/CONJUR-MD/CGU/AGU** de 29 de janeiro de 2020.

No dia, hora e local abaixo indicado se fará a abertura do certame:

DATA: 07 de Abril de 2020

HORA: 09:00 horas (horário de BRASÍLIA-DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

Horário de Expediente do HFA: 08h30min às 12h00min e 13h30min às 18h00min.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, permanente nas Subestações de energia nºs 01, 02 e 03 e de prestação de serviços eventuais na rede elétrica de alta e de baixa tensão do Sistema Elétrico do Hospital das Forças Armadas – HFA, compreendendo todos os dispositivos elétricos, com substituição de peças e acessórios novos e originais, sob demanda, visando aumentar a eficiência e manter as condições ideais de segurança do sistema elétrico do HFA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em um único item, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. A licitação será realizada em grupo único, formados por 02 (dois) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.4. O valor estimado é o preço máximo que a administração dispõe a pagar. Deverá ser detalhado conforme Anexo I do Edital

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

- 2.1.1. Gestão/Unidade: 00001/112408
- 2.1.2. Fonte: 0100
- 2.1.3. Programa de Trabalho: 05.122.2108.2000.0001
- 2.1.4. Natureza da Despesa: 339039
- 2.1.5. PTRES: 085876

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Por convenção, será denominado:

- 4.1.1. **licitante** a empresa que apresentar proposta para o(s) item(ns) neste Pregão;
- 4.1.2. **licitante vencedor** o licitante que apresentar a melhor proposta para o(s) item(ns) e for habilitado;
- 4.1.3. **adjudicatário** o licitante a quem houver sido adjudicado o(s) item(ns), objeto deste Pregão; e
- 4.1.4. **contratado** o licitante que formalizar Contrato com a Administração.

4.2. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.2.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- 4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

- 4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 4.3.8. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).

4.3.8.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.4. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

4.4.1. detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

4.4.2. de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.4.3. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.5. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.6. É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização, assegurando a possibilidade de participação de todos licitantes em ambos os itens e seguindo-se a ordem de adjudicação entre eles (grupo) indicada no subitem seguinte.

4.7. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.7.1. Que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida lei;

4.7.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.7.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.7.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.7.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.7.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.7.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** exigidos no edital, **PROPOSTA** com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor (mensal / anual) do grupo;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações:

6.1.2.1. Produtividade adotada e, se esta for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.1.2.2. A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.3.3. A proposta apresentada deverá contemplar o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contendo vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual/total/unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 12 (centavos).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

7.14.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. O critério de julgamento adotado será o menor preço global do grupo, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

- 7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.26. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.26.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
- 7.26.1.1. prestados por empresas brasileiras;
- 7.26.1.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.26.1.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 03 (três), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.
- 8.3. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 03 (três), contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.
- 8.4. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.
- 8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:
- 8.5.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 8.5.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 8.5.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- 8.5.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.5.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- I - apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- II - for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.7. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 8.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.9.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 8.10. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.11. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.
- 8.12.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.
- 8.12.2. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;
- 8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

I - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

II - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.8.1. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8.2. No caso de **SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU EMPRESA INDIVIDUAL** de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4. No caso de **SOCIEDADE SIMPLES**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6. Em se tratando de **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

9.8.7. No caso de **EMPRESÁRIO INDIVIDUAL**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.9.1. prova de inscrição no **CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. **PROVA DE REGULARIDADE FISCAL PERANTE A FAZENDA NACIONAL**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o **FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)**;

9.9.4. prova de inexistência de **DÉBITOS INADIMPLIDOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no **CADASTRO DE CONTRIBUINTES MUNICIPAL**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de **REGULARIDADE COM A FAZENDA MUNICIPAL** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.10.1. **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA**, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. **BALANÇO PATRIMONIAL** e demonstrações contábeis do último exercício social (2018), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, com o respectivo registro;

9.10.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.3. A comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.11.1. **REGISTRO OU INSCRIÇÃO DA EMPRESA LICITANTE NO CREA** (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), nos Ramos de Atividade: Engenharia Mecânica e Elétrica, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.11.1.1. A Certidão de Registro da empresa deverá constar a relação do responsável técnico, do RAMO DE ATIVIDADE, no corpo da certidão.

9.11.1.2. Os responsáveis técnicos, constantes da certidão, dentro de suas atribuições profissionais, comprovarão o RAMO DE ATIVIDADE exigida (Resolução nº 336 de 27 de outubro de 1989-CONFEA).

9.11.1.3. Os responsáveis técnicos constantes do Registro no CREA da licitante não necessitam ser os mesmo da qualificação técnica operacional e profissional.

9.11.1.4. Deverá constar o seguinte responsável técnico (Habilita a licitante no ramo da atividade):

I - **Engenheiro Elétrico / Eletrotécnico:** Atribuições constantes do Art 8º, inciso I da Resolução Confea nº 218/73, referentes à geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos

II - **Engenheiro Mecânico:** Atribuições constantes do Art 12º, inciso I da Resolução Confea nº 218/73, referentes a processos mecânicos, máquinas em geral; instalações industriais e mecânicas; equipamentos mecânicos e eletro-mecânicos; veículos automotores; sistemas de produção de transmissão e de utilização do calor; sistemas de refrigeração e de ar condicionado; seus serviços afins e correlatos.

9.11.2. **CAPACITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:** Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

I - Comprovar ter executado SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM 01 (UMA) SUBESTAÇÃO DE ENERGIA com potência de 1,37 MVA (1370 KVA).

9.11.2.2. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 01 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.2.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.2.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.11.2.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2.7. Os Atestados de Capacidade Técnica - ACT, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT (Registrada no CREA no nome do engenheiro) do Serviço, indicando locais, quantidades, prazos e demais características que possam comprovar a capacidade da licitante em executar os serviços (Resolução 1025/09-CREA).

9.11.3. A empresa deverá comprovar junto a contratante, **QUADRO TÉCNICO DE PROFISSIONAIS** com as características descritas abaixo:

9.11.3.1. **Engenheiro Elétrico / Eletrotécnico:** Atribuições constantes do Art 8º, inciso I da Resolução Confea nº 218/73, referentes à geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos

9.11.3.2. **Engenheiro Mecânico:** Atribuições constantes do Art 12º, inciso I da Resolução Confea nº 218/73, referentes a processos mecânicos, máquinas em geral; instalações industriais e mecânicas; equipamentos mecânicos e eletro-mecânicos; veículos automotores; sistemas de produção de transmissão e de utilização do calor; sistemas de refrigeração e de ar condicionado; seus serviços afins e correlatos.

9.11.3.3. **OS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS E/OU MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA** deverão pertencer ao quadro da empresa licitante ou comprovação de vínculo, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, e poderá ser comprovado conforme abaixo:

I - o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;

II - o administrador ou o diretor;

III - o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante; ou

V - com declaração de compromisso de vinculação contratual futura do profissional, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

VI - No decorrer da execução dos serviços, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

VII - A Declaração de Contratação Futura visa a comprovação do vínculo com a contratada, não desobriga a comprovação dos responsáveis técnicos cadastrados na Certidão de Registro e Quitação da Licitante junto ao CREA.

VIII - Os engenheiros cadastrados como responsável técnico na Certidão de Registro da empresa serão considerado para fins comprovação de vínculo.

9.11.4. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

9.11.5. As empresas, cadastradas ou não no SICAF **ATESTADO DE VISTORIA (Anexo V-A)**, assinado pelo servidor responsável, conforme estabelecido no Termo de Referência ou **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES (Anexo V-B)**.

9.11.5.1. A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07 horas às 15 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 3966-2112.

9.11.5.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o segundo dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes.

9.11.5.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal/preposto, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

9.11.5.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue **CD-ROM, "pen-drive"** ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa e empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa e empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser ANEXADA via sistema COMPRASGOVERNAMENTAIS ou encaminhada no prazo de 05 (cinco) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso; e

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado, pelo critério de menor preço global do grupo, ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

15. DO TERMO DE CONTRATO

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16. DO REAJUSTE

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

20.1.2. apresentar documentação falsa;

20.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5. não mantiver a proposta;

20.1.6. cometer fraude fiscal;

20.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. **ADVERTÊNCIA** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. **MULTA MORATÓRIA** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

20.3.3. **MULTA COMPENSATÓRIA** de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

20.3.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

20.3.5. **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do HFA e todas as unidades abarcadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), por até 2 (dois) anos.

20.3.6. **IMPEDIMENTO DE LICITAR** e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

- 20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
21. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 21.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 21.1.1. Os licitantes deverão observar o horário de expediente do HFA (08h30min às 12h00min e 13h30min às 18h00min), visando atender a recomendação do TCU no sentido de vedar a realização de atos fora do período normal de expediente do órgão.
- 21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@hfa.mil.br, fac-símile (61) 3966-2407 ou 3966-2447, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Seção de Licitações do Hospital das Forças Armadas, sediado(a) Setor HFA - S/Nº - Sudoeste, Brasília-DF – CEP 70.673-900;
- 21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.
22. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico COMPRASGOVERNAMENTAIS, e também poderá ser lido e/ou obtido no na Seção de Licitações do Hospital das Forças Armadas, sediado(a) Setor HFA - S/Nº - Sudoeste, Brasília-DF – CEP 70.673-900, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 16:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 22.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 22.12.3. ANEXO III - Modelo de Proposta / Planilha de Custos e Formação de Preços;
- 22.12.4. ANEXO IV - Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto (conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017);
- 22.12.5. ANEXO V – Modelo de Termo de Vistoria / Termo de Conhecimento das peculiaridades; (Vistoria opcional);
- 22.12.6. ANEXO VI - Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública;
- 22.12.7. ANEXO VII - Modelo de Instrumento de Medição de Resultado - IMR Anexo V-B da IN SEGES/MP N.5/2017.

Brasília-DF 20 de março de 2020

KLADSON TAUMATURGO FARIAS - CEL INF
Ordenador de Despesas do Hospital das Forças Armadas



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo Nº 60.550.024317/2019-55

PREGÃO TRADICIONAL Nº 09/2020

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, permanente nas Subestações de energia n°s 01, 02 e 03 e de prestação de serviços eventuais na rede elétrica de alta e de baixa tensão do Sistema Elétrico do Hospital das Forças Armadas – HFA, compreendendo todos os dispositivos elétricos, com substituição de peças e acessórios novos e originais, sob demanda, visando aumentar a eficiência e manter as condições ideais de segurança do sistema elétrico do HFA, conforme legislação vigente, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

1.2. QUANTITATIVO DOS SERVIÇOS

GR	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	CÓDIGO CATSERV	QTDE	UNID MED	VALOR UNIT / MÊS	VALOR TOTAL / ANO
1	1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva, permanente nas Subestações de energia n°s 01, 02 e 03 e de prestação de serviços eventuais na rede elétrica de alta e de baixa tensão do Sistema Elétrico do Hospital das Forças Armadas – HFA, compreendendo todos os dispositivos elétricos, com substituição de peças e acessórios novos e originais, sob demanda, visando aumentar a eficiência e manter as condições ideais de segurança do sistema elétrico do HFA, conforme legislação vigente, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de Referência.	19810	1	Mês	38.401,51	460.818,12
	2	Fornecimento e aplicação e de peças/acessórios novos e originais do fabricante, sob demanda. (Valor de Referência Fixo: R\$ 100,00 - NÃO PODERÁ SER DADO LANCE PARA ESTE ITEM - O VALOR DA PROPOSTA DEVERÁ SER DE R\$ 230.400,00).	402800	2304	Unidade	19.200,00	230.400,00
VALOR TOTAL ESTIMADO (MENSAL E ANUAL)						57.601,51	691.218,12

1.2.1. ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO DOS SERVIÇOS (MENSAL)

MÃO DE OBRA MENSAL			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
1 SUBESTAÇÃO 1			
1.1	Manutenção de Chave Seccionadora a óleo (HITACHI-LINE 13,8 KVA)	und	1
1.2	Manutenção de Transformadores de 750 KVA	und	2
1.3	Manutenção de Disjuntor a pequeno volume de óleo (Chave Geral) alta tensão	und	1
1.4	Manutenção de Quadro Geral de Baixa Tensão da Subestação	und	1
1.5	Manutenção de Grupo Gerador de 375 KVA CUMMINS	und	3
1.6	Manutenção de Grupo Gerador de 385 KVA CUMMINS	und	1
1.7	Manutenção de USCA COMAP AMF-25	und	4
1.8	Manutenção de QTA automático para GMC de 375 KVA	und	3
1.9	Manutenção de USCA com reversão manual para 385 KVA	und	1
1.10	Manutenção de Central de combustível para os geradores	und	1
1.11	Manutenção de aterramento	und	1
1.12	Manutenção de Cabos alimentadores (RI)	und	1
1.13	Manutenção de abrigo	und	1
SUBTOTAL DE MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA SUBESTAÇÃO 1			
2 SUBESTAÇÃO 2			
2.1	Manutenção de Chave Seccionadora a óleo (HITACHI LINE)	und	1
2.2	Manutenção de Transformador de 750 KVA	und	1
2.3	Manutenção de Quadro Geral de Baixa Tensão da Subestação	und	1
2.4	Manutenção de Grupo Gerador de 450 KVA HEIMER	und	1
2.5	Manutenção de USCA/QTA automático HEIMER	und	1
2.6	Manutenção de aterramento	und	1
2.7	Manutenção de Cabos alimentadores (RI)	und	1
2.8	Manutenção de abrigo	und	1
SUBTOTAL DE MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA SUBESTAÇÃO 2			
3 SUBESTAÇÃO 3			
3.1	Manutenção de Chave Seccionadora	und	1
3.2	Manutenção de Chave Fusível	und	1
3.3	Manutenção de Transformador de 500 KVA	und	1
3.4	Manutenção de Quadro Geral de Baixa Tensão da Subestação	und	1
3.5	Manutenção de aterramento	und	1
3.6	Manutenção de Cabos alimentadores (RI)	und	1
3.7	Manutenção de abrigo	und	1
SUBTOTAL DE MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA SUBESTAÇÃO 3			
4 ANÁLISE DE ENERGIA COM EQUIPAMENTO INSTALADO IN LOCO DURANTE UMA SEMANA			
4.1 MÃO DE OBRA			
4.1.1	Engenheiro Eletricista	hora	8
4.1.2	Eletrotécnico	hora	8
4.1.3	Ajudante Geral	hora	8

4.2		EQUIPAMENTO DE MEDIÇÃO	
4.2.1	Equipamento de medição (Analisador de energia Trifásica)	hora	168
SUBTOTAL DA ANÁLISE DE ENERGIA COM EQUIPAMENTO INSTALADO DURANTE UMA SEMANA (I)		R\$	
SUBTOTAL DA ANÁLISE DE ENERGIA PARA QUATRO VEZES AO ANO (II) = (I) x 4		R\$	
SUBTOTAL MENSAL DA ANÁLISE DE ENERGIA (III) = (II) / 12		R\$	
TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS (A) = 1 + 2 + 3 + (III)		R\$	
ORÇAMENTO ANUAL DE CUSTOS DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS			
Valor mensal dos serviços (A)	Valor anual dos serviços (B) = (A) x 12	Reserva para Eventuais Peças e Componentes (C) = 50% de (B)	Valor Global Anual (D) = (B) + (C)
R\$	R\$	R\$	R\$

- 1.3. O objeto da licitação tem a natureza de SERVIÇO COMUM.
- 1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
- 1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993
- 1.7. O fornecimento de peças e componentes SERÁ REALIZADO SOB DEMANDA com a prévia aprovação da Administração do HFA, após comprovação do preço mais vantajoso através de pesquisa de mercado;
- 1.7.1. A aprovação do fornecimento de peças deverá ser realizada com a apresentação de 03 (três) propostas de preço.
- 1.7.2. A aplicação de peças não será considerada pelo HFA como aquisição de material, devido à natureza do objeto contratado, pois trata exclusivamente de prestação de serviços de manutenção com aplicação de peças e deverá faturado pela CONTRATADA através de nota fiscal de serviço.
- 1.7.3. O rateio do valor dos custos do módulo 4 foi calculado com base nos módulos 4.1 e 4.2 multiplicado por 4 Análises/Ano dividido por 12 (doze) meses do contrato.
- 1.7.4. Fica estipulado o valor mensal 50 % (cinquenta por cento) do valor ESTIMADO para a realização da mão de obra, como reserva para ao fornecimento de peças e componentes. Porém, somente será pago o que efetivamente for aplicado. Assim, a CONTRATADA deverá apresentar e comprovar mensalmente, se houver, as peças e acessórios aplicados e que foram autorizados pelo Fiscal do Contrato.
- 1.7.5. **A PROPOSTA CADASTRADA NO SISTEMA COMPRASGOVERNAMENTAIS PARA O ITEM 2 DEVERÁ** ser o mesmo valor do estimado, sob pena de desclassificação.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa para a contratação prende-se ao fato de a rede elétrica ser imprescindível para a alimentação dos equipamentos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações, essenciais para o funcionamento do hospital.

2.1.1. A contratação de empresa especializada para atender o proposto no objeto deste plano de trabalho visa assegurar a operacionalidade do hospital, a segurança das instalações, dos equipamentos, dos instrumentos e das pessoas e, dessa forma, proporcionar a continuidade da prestação do serviço de saúde ao público.

2.1.2. A contratação faz-se necessária e se justifica devido a complexidade dos serviços em questão, dos elevados valores de aquisição e manutenção dos equipamentos médicos e de suporte às atividades hospitalares que necessitam de fornecimento de energia ininterrupta, confiável e de muito boa qualidade para o seu funcionamento e preservação. E ainda deve ser levado em consideração que o HFA não dispõe de mão de obra especializada em seu quadro e de equipamentos para este fim.

2.2. RAZÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

2.2.1. A aquisição dos serviços e materiais solicitados visa garantir o sistema elétrico do Hospital em pleno funcionamento vinte e quatro horas por dia, evitando que equipamentos de suporte à vida e que outros sistemas entrem em colapso ocasionando perdas irreparáveis.

2.3. RELAÇÃO DEMANDA X QUANTIDADE DO MATERIAL A SER FORNECIDO

2.3.1. A manutenção preventiva e corretiva deverá ser realizada uma vez ao mês em cada subestação. A quantidade de serviços está relacionada com os equipamentos instalados nas subestações, conforme subitem 1.3.1 deste Termo de Referência. A contratada deverá confeccionar um relatório com a descrição do serviço realizado durante a visita e quando constatada a necessidade de troca de peças, estas deverão ser cobradas separadamente com a apresentação prévia de orçamento que será analisado pela fiscalização através de pesquisa de mercado e encaminhado para autorização do Ordenador de Despesas.

2.4. AGRUPAMENTO DE ITENS EM GRUPO

2.4.1. Os itens 1 e 2 do presente Termo serão agrupados, tendo em vista que os serviços e fornecimento de peças serão executados pela mesma contratada concomitante com a manutenção preventiva, o que justifica o agrupamento dos itens.

2.5. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

2.5.1. Garantia do perfeito funcionamento dos do sistema elétrico do Hospital, com distribuição de energia de boa qualidade de forma ININTERRUPTA, uma vez que a manutenção dos Grupos Geradores da Rede de Emergência é um dos tópicos principais da manutenção corretiva.

2.5.2. Garantir que equipamentos médicos de suporte à vida, e outros sistemas entrem em colapso por falta de fornecimento de energia.

2.5.3. Garantir a segurança das instalações, equipamentos e a vida de toda a população do HFA, quanto a risco de incêndios provocados por falha no sistema elétrico.

2.6. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

2.6.1. A contratação alinha-se com o planejamento estratégico do Comandante Logístico do HFA, assessorada pelos Chefes da Divisão de Infraestrutura, da Subdivisão de Engenharia e da Subseção de Eletricidade.

2.6.2. A contratação leva em consideração as necessidades constantes de manutenção do sistema elétrico do HFA, com vista a prevenir a interrupção do fornecimento da energia que alimenta os diversos sistemas e equipamentos de suporte à vida do Hospital.

2.6.3. A complexidade do sistema elétrico do HFA exige a contratação de empresa de engenharia especializada por não existir no quadro do Hospital profissionais especializados bem como ferramental e instrumental para a execução dos serviços de manutenção.

2.7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

2.7.1. Nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MPOG ns. 01/2010 e 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente. Nesse sentido pode ser consultado o Guia Prático de Licitações Sustentáveis do CJU/SP para uma lista de objetos abrangidos por disposições normativas de caráter ambiental;

2.7.2. A contratada deverá utilizar peças e componentes de reposição certificadas pelo Inmetro, de acordo com a legislação vigente, se for o caso;

2.7.3. A contratada deverá fazer o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade ambiental do governo federal;

2.7.4. A contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene, e de segurança do trabalho, por ocasião da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

2.7.5. A contratada deverá fornecer, aos empregados, os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços.

2.8. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

2.8.1. Os serviços de manutenção e das peças utilizadas nos elevadores deverão ser garantidos pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados um dia útil após a data da conclusão dos reparos, independentemente da natureza do defeito apresentado, bem como após a data de término do contrato.

2.9. VANTAGENS E ECONOMICIDADE PARA A ADMINISTRAÇÃO

2.9.1. A contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva das subestação de energia permitirá ao HFA garantir a segurança das instalações, das pessoas e o fornecimento ininterrupto de energia.

2.9.2. Outro aspecto de suma importância é manter-se atualizado perante às principais normas regulamentadoras (NR 6, NR 10, NR 23, NR 26, NR 32) e outras.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**3.1. FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO****3.2. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA****3.2.1. Manutenção Preventiva**

3.2.1.1. É aquela destinada a prevenir ou minimizar a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos, mantendo-os em perfeito estado de funcionamento e conservação.

3.2.1.2. As manutenções preventivas seguirão cronograma a ser complementado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE. Este Cronograma deverá ser apresentado em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após assinatura do contrato.

3.2.1.3. A medição da execução destes serviços será baseada no cronograma apresentado, em que se espera sua execução plena. Portanto cada equipamento que terá manutenção preventiva terá uma data ou período para execução dos serviços. Desta forma caso seja descumprida alguma manutenção ou prazo determinado será descontado (glosado) o valor correspondente ao que não foi feito e pago somente o que foi efetivamente realizado.

3.2.1.4. Nas subestações, mantendo-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, inclusive dos fabricantes, abrangendo mão-de-obra e fornecimento de peças, sendo o ressarcimento realizado de acordo com o previsto no presente Termo de Referência.

3.2.2. Manutenção Corretiva

3.2.2.1. É destinada a reparar e corrigir quebras e defeitos, bem como, adequação às normas ABNT e Internacionais em itens do sistema elétrico de que trata o presente projeto, visando restabelecer seu perfeito estado de funcionamento e adequação às normas vigentes.

3.2.2.2. Os serviços serão executados, mediante uma solicitação de manutenção corretiva, efetuada por parte da contratante (Direção do hospital, fiscal do contrato e encarregado da Subseção de Eletricidade), por telefone, fax, e-mail ou por escrito.

3.2.2.3. O prazo para o primeiro atendimento é de no máximo 2 (duas) horas do chamado, dentro do horário comercial de 08:00 às 17:00 hs nos dias úteis.

3.2.2.4. A empresa deverá atender de forma emergencial sempre que houver solicitação nos feriados, finais de semana e dias da semana fora do horário comercial.

3.3. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS**3.3.1. SUBESTAÇÃO Nº 1:****3.3.1.1. Chave seccionadora a óleo (HITACHI-LINE 13,8 KVA);****3.3.1.2. Transformadores de 750 KVA;**

- a) - Realizar inspeção geral conforme Apêndice B;
- b) - Realizar a manutenção preventiva dos 02 (dois) transformadores de 750 kVA atendendo tudo que tange a preventiva e o descrito no Apêndice A;
- c) - Manutenção corretiva quando necessária.

3.3.1.3. Disjuntor a pequeno volume de óleo (Chave Geral) alta tensão;

- a) - Realizar inspeção geral e ensaios de funcionamento (Apêndices B e C);
- b) - Realizar manutenção corretiva quando necessária.

3.3.1.4. Quadro Geral de Baixa Tensão da Subestação;

- a) - Realizar inspeção geral (Apêndice B);
- b) - Realizar ensaios de funcionamento (Apêndice C);
- c) - Verificar e ajustar 02 (dois) disjuntores geral de 1250 A com seleção de cargas prioritárias;
- d) - Instalar dispositivo de proteção contra surto (DPS);
- e) - Realizar manutenção corretiva quando necessária.

3.3.1.5. Grupo Gerador 375 KVA CUMMINS, 03 unidades;

- a) - Realizar inspeção geral (Apêndice B);
- b) - Realizar ensaios de funcionamento (Apêndice C);
- c) - Realizar a manutenção preventiva do grupo motor gerador em conformidade com o manual de manutenção do fabricante;
- d) - Realizar inspeção em todos os Grupo Motor Gerador em relação a Nível de Água, óleo, resistência de pré-aquecimento, estado dos filtros de Ar e todas suas conexões.
- e) - Realizar a troca de óleo e filtro de acordo com as especificações do motor e periodicidade conforme recomendações do fabricante do motor e do óleo;
- f) - Realizar a manutenção corretiva em caso de defeito.

3.3.1.6. Grupo Gerador 385 KVA, 01 unidade;

- a) - Realizar inspeção geral (Apêndice B);
- b) - Realizar ensaios de funcionamento (Apêndice C);
- c) - Realizar a manutenção preventiva do grupo motor gerador em conformidade com o manual de manutenção do fabricante;
- d) - Realizar inspeção no Grupo Motor Gerador em relação a Nível de Água, óleo, resistência de pré-aquecimento, estado dos filtros de Ar e todas suas conexões.
- e) - Realizar a troca de óleo e filtro de acordo com as especificações do motor e periodicidade conforme recomendações do fabricante do motor e do óleo;
- f) - Realizar a manutenção corretiva em caso de defeito.

3.3.1.7. USCAS COMAP AMF-25, 04 unidades;

- a) - Inspeção geral, ensaios de funcionamento elétrico e mecânico (Apêndices B e C);
- b) - Realizar a manutenção corretiva em caso de defeito.

3.3.1.8. QTA- Automático para GMC 375 KVA, 03 unidades;

- a) - Inspeção geral, ensaios de funcionamento elétrico e mecânico (Apêndices B e C);
- b) - Realizar a manutenção corretiva em caso de defeito.

3.3.1.9. USCAS com reversão manual para 385 KVA, 01 unidade;

- a) - Inspeção geral, ensaios de funcionamento elétrico e mecânico (Apêndices B e C);
- b) - Realizar manutenção corretiva em caso de defeito.

3.3.1.10. Central de Combustível para os Geradores;

- a) - Inspeção geral e ensaios de funcionamento mecânico (Apêndices B e C);
- b) - Realizar manutenção preventiva;
- c) - Realizar a manutenção corretiva em caso de defeito.

3.3.1.11. Aterramento;

- a) - Inspeção geral do aterramento, medição da resistência de aterramento e reaperto dos conectores;
- b) - A resistência do aterramento deverá ser menor ou igual a 10 ohms;
- c) - Manutenção corretiva do aterramento quando necessário.

3.3.1.12. Cabos alimentadores (RI);

- a) - Realizar inspeção geral (Apêndice B);
- b) - Verificar a resistência de isolamento dos cabos de alta e de baixa tensão quando necessário.

3.3.1.13. Análise da Rede Elétrica;

- a) - Realizar análise da rede elétrica nos quadros de distribuição conforme o Apêndice D.

3.3.1.14. Abrigo;

- a) - Verificar a existência de infiltração de água que possa colocar em risco as instalações elétricas e das pessoas;
- b) - Verificar a resistência de isolamento dos elementos da construção (paredes, tetos, pavimentos, etc.);
- c) - Identificar problemas nos elementos da construção que possam colocar em risco a integridade das instalações elétricas e das pessoas;
- d) - Identificar a existência de agentes químicos, ambientais e biológicos que possam afetar ou colocar em risco a integridade das instalações e das pessoas.

3.3.1.15. Atualização;

- a) - Propor atualização dos equipamentos da subestação e sua adequação às normas vigentes;
- b) - Realizar atualização da subestação após ordem de serviço aprovada pela Administração do HFA.

3.3.2. SUBESTAÇÃO Nº 2**3.3.2.1. Chave seccionadora a óleo (HITACHI-LINE);**

- a) - Inspeção geral e ensaios (Apêndices B e C);
- b) - Manutenção preventiva anual constando de troca ou filtragem e recompletamento de óleo, verificação de oxidação e danos no barramento e na chave seccionadora.

3.3.2.2. Transformadores de 750 KVA;

- a) - Realizar inspeção geral (Apêndice B);
- b) - Realizar manutenção preventiva de 01 (um) transformador de 750 kVA atendendo tudo que tange a preventiva e o estabelecido no memorial descritivo no Apêndice A;
- c) - Realizar manutenção corretiva quando necessária.

3.3.2.3. Quadro Geral de Baixa Tensão da Subestação 02;

- a) - Realizar inspeção geral (Apêndice B), ensaios de funcionamento elétrico e mecânico (Apêndice C);
- b) - Verificar e ajustar o Disjuntor Geral BEGHIM e realizar manutenção corretiva quando necessária;
- c) - Instalar dispositivo de proteção contra surtos (DPS);
- d) - Instalar dispositivo automático para correção de fator de potência;
- e) - Realizar manutenção corretiva quando necessária.

3.3.2.4. Grupo Gerador 450 KVA HEIMER, 01 unidade;

- a) - Realizar inspeção geral (Apêndice B);
- b) - Realizar ensaios de funcionamento (Apêndice C);
- c) - Realizar a manutenção preventiva do grupo motor gerador em conformidade com o manual de manutenção do fabricante;
- d) - Realizar inspeção no Grupo Motor Gerador em relação a Nível de Água, óleo, resistência de pré-aquecimento, estado dos filtros de Ar e todas suas conexões.
- e) - Realizar a troca de óleo e filtro de acordo com as especificações do motor e periodicidade conforme recomendações do fabricante do motor e do óleo;
- f) - Realizar a manutenção corretiva em caso de defeito.

3.3.2.5. USCAS/OTA Automático HEIMER;

- a) - Inspeção geral, ensaios de funcionamento elétrico e mecânico (Apêndices B e C);
- b) - Realizar manutenção corretiva quando necessária.

3.3.2.6. Aterramento;

- a) - Inspeção geral do aterramento (Apêndice B), medição da resistência de aterramento e reaperto dos conectores;
- b) - A resistência do aterramento será considerado excelente se menor ou igual a 2 ohms, muito bom se estiver entre 2 ohms exclusive e 5 ohms inclusive, bom se estiver entre 5 ohms exclusive e 10 ohms inclusive;
- c) - Manutenção corretiva do aterramento quando necessário.

3.3.2.7. Cabos alimentadores (RI);

- a) - Realizar inspeção geral conforme Apêndice B;
- b) - Verificar a resistência de isolamento dos cabos de alta e de baixa tensão quando necessário;
- c) - Adequar os circuitos alimentadores para os pavilhões à norma ABNT NBR 05410 - 2005 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão.

3.3.2.8. Análise da Rede Elétrica;

- a) - Realizar análise da rede elétrica nos quadros de distribuição conforme o Apêndice D.

3.3.2.9. Abrigo;

- a) - Verificar a existência de infiltração de água que possa colocar em risco as instalações elétricas e das pessoas;
- b) - Verificar a resistência de isolamento dos elementos da construção (paredes, tetos, pavimentos, etc.);
- c) - Identificar problemas nos elementos da construção que possam colocar em risco a integridade das instalações elétricas e das pessoas;
- d) - Identificar a existência de agentes químicos, ambientais e biológicos que possam afetar ou colocar em risco a integridade das instalações e das pessoas.

3.3.2.10. Atualização;

- a) - Propor atualização dos equipamentos da subestação e sua adequação às normas vigentes;
- b) - Realizar atualização da subestação após ordem de serviço aprovada pela Administração do HFA.

3.3.3. SUBESTAÇÃO N° 3**3.3.3.1. Chave seccionadora ;**

- a) - Inspeção geral (Apêndices B e C);
- b) - Manutenção preventiva anual contemplando reaperto e inspeção no barramento da chave seccionadora.

3.3.3.2. Chave Fusível;

- a) - Inspeção geral (Apêndices B e C);
- b) - Manutenção preventiva anual contemplando reaperto e inspeção no barramento da chave Fusível.
- c) - Inspeção Geral no conjunto da chave Fusível, contemplando chave, suporte, barramentos, cordoalhas, e reaperto de todas a conexões da chave Fusível.

3.3.3.3. Transformador de 500 KVA;

- a) - Realizar inspeção geral (Apêndice B);
- b) - Realizar manutenção preventiva de 01 (um) transformador de 500 kVA atendendo tudo que tange a preventiva e o estabelecido no memorial descritivo no Apêndice A;
- c) - Realizar manutenção corretiva quando necessária.

3.3.3.4. Quadro Geral de Baixa Tensão da Subestação 03;

- a) - Realizar inspeção geral (Apêndice B), ensaios de funcionamento elétrico e mecânico (Apêndice C);
- b) - Verificar e ajustar o Disjuntor Geral, inspecionar os fusíveis e realizar manutenção corretiva quando necessária;
- c) - Instalar dispositivo de proteção contra surtos (DPS);
- d) - Instalar dispositivo automático para correção de fator de potência;
- e) - Realizar manutenção corretiva quando necessária.

3.3.3.5. Aterramento;

- a) - Inspeção geral do aterramento (Apêndice B), medição da resistência de aterramento e reaperto dos conectores;
- b) - A resistência do aterramento será considerado excelente se menor ou igual a 2 ohms, muito bom se estiver entre 2 ohms exclusive e 5 ohms inclusive, bom se estiver entre 5 ohms exclusive e 10 ohms inclusive;
- c) - Manutenção corretiva do aterramento quando necessário.

3.3.3.6. Cabos alimentadores (RI);

- a) - Realizar inspeção geral conforme Apêndice B;
- b) - Verificar a resistência de isolamento dos cabos de alta e de baixa tensão quando necessário;
- c) - Adequar os circuitos alimentadores para os pavilhões à norma ABNT NBR 05410 - 2005 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão.

3.3.3.7. Análise da Rede Elétrica;

- a) - Realizar análise da rede elétrica nos quadros de distribuição conforme o Apêndice D.

3.3.3.8. Abrigo;

- a) - Verificar a existência de infiltração de água que possa colocar em risco as instalações elétricas e das pessoas;
- b) - Verificar a resistência de isolamento dos elementos da construção (paredes, tetos, pavimentos, etc.);
- c) - Identificar problemas nos elementos da construção que possam colocar em risco a integridade das instalações elétricas e das pessoas;
- d) - Identificar a existência de agentes químicos, ambientais e biológicos que possam afetar ou colocar em risco a integridade das instalações e das pessoas.

3.3.3.9. Atualização;

- a) - Propor atualização dos equipamentos da subestação e sua adequação às normas vigentes;
- b) - Realizar atualização da subestação após ordem de serviço aprovada pela Administração do HFA.

3.4. DAS PEÇAS E DA APROVAÇÃO DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS:

3.4.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, objeto do presente projeto básico, serão prestados com fornecimento de peças necessárias ao adequado funcionamento dos equipamentos e à conservação de seu estado.

3.4.2. A contratada somente substituirá peças, componentes ou acessórios em caso de comprovada necessidade, mediante previa justificativa assinada pelo seu representante legal a qual será submetida à Unidade gestora do contrato e, não havendo óbice, autorizada.

3.4.3. Havendo necessidade de substituição de peças, componentes ou acessórios, os quais deverão ser originais e novos, a contratada apresentará um orçamento de mercado, com discriminação completa dos itens a serem substituídos. E a fiscalização do contrato deverá analisar a proposta verificando se está ou não dentro dos valores praticados de mercado. A substituição estará sujeita à aprovação por parte da contratante, após a verificação do preço médio de mercado.

3.4.4. A CONTRATADA deverá garantir, durante toda a vigência do contrato, a disponibilização e o fornecimento dos itens consumíveis, como lubrificante, filtros, correias e mangueiras, bem como peças e partes que se fizerem necessários.

3.4.5. O fornecimento de itens consumíveis, peças e partes eventualmente identificadas para substituição quando das manutenções ou defeito, terão seu orçamento previamente submetido à autorização do HFA.

3.4.6. O fornecimento/faturamento/pagamento dos itens consumíveis, peças e partes dar-se-á após a perícia e aprovação da fiscalização do HFA, e, em separado do faturamento mensal.

3.4.7. A fiscalização procederá acompanhamento do levantamento de preço no mercado, com vistas a comprovação/compatibilidade do preço cobrado, previamente a autorização do faturamento.

3.4.8. O pagamento dos itens consumíveis, peças e partes, será realizado com a utilização da reserva de 50 % (cinquenta por cento) sobre o valor anual do contrato.

3.4.9. As peças deverão ser fornecidas pela CONTRATADA e deverão ser novas, sem uso e ter garantia mínima de 12 (doze) meses.

3.4.10. As substituições de peças, de maior vulto, cujo valor ultrapasse o limite estabelecido no inciso II, do artigo 24 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, serão executadas após prévia autorização do HFA, em processo específico, na forma da lei.

3.4.11. Ao HFA reserva-se o direito de adquirir peças de outro fornecedor, desde que adequadas e compatíveis para o equipamento, e que o tenham garantia mínima de 12 (doze) meses.

3.4.12. Em quaisquer circunstâncias, a substituição de peças será efetuada na presença de representante do HFA.

3.4.13. O combustível para operação e testes dos GMG(s) será fornecido pelo HFA.

3.5. FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS DE MEDIDA E MÃO-DE-OBRA:

3.5.1. Será responsabilidade da Contratada o fornecimento de todo ferramental, instrumentais, equipamentos, mão-de-obra, despesas com obrigações trabalhistas, fiscais e de acidente de trabalho, uniformes de seus funcionários, bem como os materiais diversos e de acabamento, ou qualquer serviço não especificado, mas que seja necessário à perfeita e completa execução do objeto da presente Licitação.

3.5.2. A Contratada utilizará na execução dos serviços técnicos especializados e selecionados de comprovada capacidade técnica, bom comportamento e uniformizados, que obedecerão as normas internas do HFA, podendo ser exigida a substituição de qualquer elemento cujo comportamento ou capacidade o Contratante julgue impróprio ao desempenho dos serviços contratados.

3.5.3. Os funcionários técnicos prestadores dos serviços da empresa contratada deverão utilizar uniforme e crachá e constar de uma relação nominal a ser entregue na Divisão de Engenharia do HFA até 02 (dois) dias após o início do contrato. Tal medida visa reforçar a segurança orgânica desta Organização Militar de Saúde.

3.5.4. Equipamentos e instrumentos de medidas:

3.5.4.1. Megômetro;

3.5.4.2. Microhmímetro;

3.5.4.3. Oscilógrafo;

3.5.4.4. Terrômetro;

3.5.4.5. Alicates Terrômetro;

3.5.4.6. Hi Pot;

3.5.4.7. Fonte de corrente para simulação de surto em disjuntores até 10 Ka;

3.5.4.8. Câmera Térmica para inspeções preditivas;

3.5.4.9. Analisador de energia Trifásica;

3.5.4.10. Analisadores de aterramento – Earth Resistance Clamp;

3.5.5. A proponente deverá apresentar na fase de qualificação uma relação de equipamentos em patrimônio para atender presente projeto básico cujos certificados de calibração devidamente atualizados deverão ser apresentados por ocasião da realização dos serviços.

3.6. CRONOGRAMA DE MANUTENÇÃO

EVENTO	PERIODICIDADE
Inspeções, ensaios, medições e reapertos de todos os itens.	Quinzenal
Manutenção Preventiva dos Geradores.	Quinzenal
Manutenção Preventiva dos Transformadores.	Anual
Manutenção Preventiva dos Aterramentos e SPDA.	Anual
Manutenções Corretivas	Sempre que necessário e sob aprovação do HFA.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Ser pontual no atendimento quando solicitado pela contratante;

5.1.2. Apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá, uniformizado(a) em boas condições de apresentação;

5.1.3. Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências da CONTRATANTE;

5.1.4. Cumprir as normas internas do órgão;

5.1.5. Entrar em áreas reservadas somente quando autorizado pelo setor responsável;

5.1.6. Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução dos serviços;

5.1.7. Solicitar apoio técnico junto às unidades competentes da CONTRATANTE para solucionar falhas em máquinas e equipamentos;

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

6. VISTORIA PARA LICITAÇÃO (FACULTATIVA).

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, das 9 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente junto a Divisão de Engenharia.

6.2. Para agendar a visita e vistoria técnica a empresa deverá indicar um Responsável Técnico/Representante legal/Preposto, Razão Social da empresa, e CNPJ.

6.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, assim, o agendamento deverá ser feito com prazo suficiente para que a visita ocorra dentro do previsto.

6.4. Por ocasião da vistoria será emitida uma Declaração de Vistoria à empresa, conforme modelo constante do Anexo III.

6.5. A empresa que **OPTAR POR NÃO REALIZAR A VISTORIA**, deverá obrigatoriamente apresentar a declaração formal, assinada pelo Responsável Técnico da licitante/Representante Legal/Preposto, indicando ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza aos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avanços técnicos ou financeiras com o Hospital das Forças Armadas, conforme modelo constante do Edital.

6.6. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. INICIO E METODOLOGIA DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

7.2. A adjudicatária do presente Pregão assinará o respectivo contrato no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir da sua notificação, devendo preliminarmente prestar garantia, nos termos do edital;

7.2.1. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo HFA;

7.2.2. O contrato terá duração de um ano, a partir da data fixada pela Contratante, podendo ser prorrogado em conformidade com o inciso II do Art. 57 da Lei 8.666 de 1993, a critério do HFA;

7.2.3. A contratada deverá estar apta a iniciar a execução dos serviços desde a assinatura do Contrato;

7.2.4. O prazo referido no item anterior poderá ser postergado a critério da Contratante;

7.2.5. Para a assinatura do contrato, a adjudicatária fornecerá ao Órgão fiscalizador Projeto Executivo, a relação nominal dos empregados que prestarão os serviços, contendo endereço residencial e currículo resumido, para fins de comprovação dos requisitos exigidos;

7.2.6. Qualquer alteração deverá ser comunicada, previamente, por escrito, ao HFA, a fim de permitir a verificação prévia da manutenção das qualificações do substituído;

7.2.7. A contratada indicará ao HFA, no prazo definido neste item, o nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las ao órgão incumbido da fiscalização do contrato;

7.2.8. Os serviços serão prestados de forma ininterrupta por um período de 12 (doze) meses.

7.3. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.3.1. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7.3.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

7.3.3. Os indicadores são:

7.3.4. Prestação dos serviços de manutenção, pontualidade no atendimento, e fornecimento dos insumos, cumprimento das obrigações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme consta neste Termo de Referência;

7.3.5. Pontualidade dos prestadores de serviço;

7.3.6. Cumprimento das Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme previsto no instrumento convocatório.

7.3.7. Os níveis de serviços serão avaliados trimestral e consecutivamente como forma de avaliação da qualidade da prestação dos serviços contratados objetos deste Contrato.

7.3.8. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituído para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

7.3.9. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.10. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3.11. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3.12. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.3.13. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.3.14. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.3.15. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.3.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

7.3.17. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

7.3.18. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3.19. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

7.3.20. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3.21. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3.22. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. MECANISMO DE COMUNICAÇÃO

8.1.1. Para comunicações sobre informações relevantes do gerenciamento, acompanhamento e pagamento do contrato:

8.1.1.1. **Emissor:** Contratante, Contratada, na figura do(s) preposto(s) e envolvidos (usuários, administrativos, etc)

8.1.1.2. **Forma de comunicação:** através de contato telefônico ou ferramenta disponibilizada pela Contratada para tal finalidade ou por e-mail (a ser definido, quando do início do contrato).

8.1.1.3. **Operação:** deverá ser executada em horário comercial das 8h às 12h e das 13h às 16h. Os serviços de manutenção corretiva e preventiva e atendimento aos chamados técnicos deverão ser prestados de forma contínua, sem interrupções, no regime 24 horas durante os sete dias da semana, nas dependências do Hospital das Forças Armadas, Estrada Parque Contorno do Bosque, s/nº, Sudoeste, Brasília/DF.

8.2. FORMA DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO DE SERVIÇO

8.2.1. Os serviços descritos neste Termo deverão ser executados dentro dos padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulado pelo HFA, de acordo com o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) descrito em anexo.

8.2.2. Se a Contratada não cumprir os compromissos do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estará passível às sanções administrativas cabíveis.

8.3. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

8.3.1. A recusa dos serviços poderá ocorrer por motivo de vícios de qualidade ou por não observância dos padrões definidos e adotadas pela Contratante. Em caso de recusa de qualquer serviço, o prazo efetivo para sua correção não será considerado como atendimento ou prorrogação do prazo contratual pré-definido ou do prazo acordado entre as partes para execução das ocorrências/demandas;

8.3.2. Independentemente da aceitação, a Contratada deverá garantir a qualidade do serviço prestados/peças entregue pelo prazo estabelecido nas especificações e nas condições de Garantia, obrigando-se a corrigir aquele que apresentar erro ou defeito, no prazo estabelecido pela Contratante;

8.4. INÍCIO DO CONTRATO

8.4.1. Definição dos procedimentos iniciais, com a participação do Gestor do Contrato e dos Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato, onde serão tratados:

8.4.1.1. Esclarecimentos de dúvidas acerca do Contrato;

8.4.1.2. Apresentação do Preposto, pela Contratada;

8.4.1.3. Apresentação da Equipe de Gestão;

8.4.1.4. Apresentação do Plano de manutenção da Contratada, elaborado em conjunto com o Gestor do Contrato e pelos Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato.

8.5. **MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO**

8.5.1. Conferência do QUANTITATIVO/QUALITATIVO dos serviços e dos requisitos técnicos descritos neste Termo de Referência, visando o atesto da execução dos serviços, a cargo do Fiscal do Contrato;

8.5.2. Identificação de falta de conformidade com os termos contratuais, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato, se for o caso;

8.5.3. Verificação do atendimento aos termos contratuais a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato;

8.5.4. Encaminhamento de indicação de sanções, glosas ou outras providências por parte do Gestor do Contrato para à Área Administrativa;

8.5.5. Confeção e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo para fins de encaminhamento para pagamento, a cargo do Gestor e do Fiscal do Contrato.

8.6. **PROCEDIMENTO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL**

8.6.1. Autorização para emissão de nota(s) Fiscal(s), a ser(em) encaminhada(s) ao preposto da CONTRATADA, a cargo do Gestor do Contrato, referente ao quantitativo de DOSÍMETROS utilizados no mês;

8.6.2. Verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento, no que couber, a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato;

8.6.3. Encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual, a cargo do Gestor do Contrato;

8.6.4. Manutenção do histórico de Gerenciamento do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica, a cargo do Gestor do Contrato;

8.6.5. Informação à Gerência de Contratos sobre todas as ocorrências de negativas da execução do contrato, a cargo do Fiscal Técnico e Gestor do Contrato; e

8.6.6. Acompanhamento das Ordens de Serviços e Chamados Técnicos abertos pela HFA, a cargo do Fiscal Técnico do Contrato.

8.7. **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

8.7.1. Os serviços de manutenção, abrangendo todos os recursos necessários à execução do serviço, incluindo reposição de peças deverá ser pago mensalmente, tendo seu valor total dividido em 12 (doze) parcelas iguais.

8.7.2. O pagamento deverá considerar a realização dos serviços dentro dos critérios pré-estabelecidos de Acordo de Níveis de Serviço (ANS) descritos no edital, a qual deverá ser comprovadas através de relatórios mensais.

8.7.3. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota fiscal/fatura.

8.8. **PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO**

8.8.1. Recebimento Provisório – O recebimento provisório se dará em até 05 (cinco) dias corridos, após a entrega do relatório, enviado até o 5º dia útil do mês subsequente pela empresa, descrevendo, caso haja, os serviços executados no mês.

8.8.2. Recebimento Definitivo - Após o recebimento provisório, será verificado se está de acordo com as especificações contidas neste termo, e caso aprovado será dado o recebimento definitivo em até 10 (dez) dias corridos, procedendo com o pagamento.

8.8.3. A Nota Fiscal/Fatura para pagamento deverá estar em conformidade com as especificações constantes do Edital e seus Anexos, com os quantitativos efetivamente executados, e devidamente atestada pela equipe de gerenciamento do contrato designada para tal fim.

8.8.4. A (s) Nota (s) Fiscal (s)/Fatura (s) deverá (ao) ser emitida (s) em nome do **Hospital das Forças Armadas (UASG 112408)**, sediado(a) Setor HFA, S/Nº - Sudoeste, Brasília-DF – CEP 70.673-900

8.8.5. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária em favor da CONTRATADA, ficando estabelecido que a ordem bancária se constituirá para o HFA, em documento hábil, comprobatório da quitação das obrigações.

8.8.6. Havendo identificação na (s) Nota (s) Fiscal (is)/Fatura (s) de cobrança indevida, o fato será informado à CONTRATADA e, a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida e atestada pelo gestor do contrato.

8.8.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.8.8. O HFA poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

8.8.9. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurarem pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência contratual.

8.8.10. Será admitida a repactuação do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data limite para apresentação da proposta.

8.8.11. A repactuação deve ser precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos, de acordo com a vigente planilha de composição de custos constante da proposta apresentada pela CONTRATADA.

8.8.12. Os efeitos financeiros da repactuação são devidos a contar da data da solicitação, desde que devidamente acompanhada dos documentos comprobatórios, cabendo à parte interessada a iniciativa e o encargo dos cálculos e da demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos.

8.8.13. O Interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:

8.8.13.1. Para o primeiro reajuste: a partir da data limite para apresentação das propostas constantes no Edital;

8.8.13.2. Para os reajustes subsequentes ao primeiro: a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste ocorrido ou precluso.

8.8.13.3. O prazo para a CONTRATADA solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente à data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

8.8.13.4. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá à preclusão do direito ao reajuste.

8.8.13.5. Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista no Edital.

8.8.13.6. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o novo índice de reajuste adotado, a CONTRATADA deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo seja divulgado no novo índice, sob pena de preclusão.

8.8.14. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

8.8.14.1. A partir da data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 ano;

8.8.14.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros.

8.8.14.3. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da solicitação da CONTRATADA.

8.8.14.4. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

9. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

9.1. Ao apresentar a proposta de preços para o Objeto da presente licitação, fica automaticamente implícito que a licitante concorda para todos os efeitos legais, com todas as condições gerais e especiais estabelecidas nesta licitação, as quais se submete incondicional e integralmente.

9.2. A empresa deverá apresentar declaração com indicação das instalações, aparelhamento técnico e pessoal técnico adequado e disponível para a realização dos serviços objeto deste projeto básico.

9.3. A empresa deverá apresentar Certidão de Registro expedida ou visada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com indicação do objeto social compatível com este projeto básico, contendo obrigatoriamente, o registro de responsável(is) técnico(s):

9.3.1. Na área de Engenharia Elétrica;

9.3.2. Na área de Engenharia Mecânica;

9.4. A licitante deverá apresentar documentação que comprove possuir em seu quadro permanente, na data da licitação, Responsável(eis) Técnico(s), habilitado(s) e devidamente credenciados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA nas áreas de:

9.4.1. Engenharia Elétrica / Eletrotécnica;

9.4.2. Engenharia Mecânica;

9.4.3. Certidão expedida pelo CREA que comprove o registro ou inscrição da empresa na entidade.

9.5. Na proposta deverá constar os nomes dos Técnicos responsáveis pela execução dos serviços, e que deverá ser o elemento de contato entre a Contratada e a fiscalização do HFA.

9.6. A comprovação de vínculo dos Responsáveis Técnicos deverá ser feita por cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou fichas de Registro de Emprego registrada na DRT, no caso de sócios, por cópia do contrato social e suas alterações ou ainda por contrato de prestação de serviço firmado com o engenheiro técnico. Os responsáveis técnicos discriminados nos atestados deverão obrigatoriamente participar dos serviços e obras, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior.

9.7. A empresa deverá manter uma equipe de suporte para atendimento a situações emergenciais.

9.8. No ato da assinatura do contrato, a empresa deverá apresentar relação dos números telefônicos para acionamentos emergenciais.

9.9. O atendimento às chamadas emergenciais deve ser prestado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, a contar da ocorrência registrada à empresa independentemente do tipo de equipamento. No caso de acidente, ou da necessidade de retirada de pessoas retidas nas cabines dos elevadores, o prazo máximo será de 30 (trinta) minutos.

9.10. Os profissionais apresentados pela empresa deverão ter habilitação inerentes às suas funções, visando o funcionamento adequado dos equipamentos.

9.11. Deverá manter preposto junto ao HFA, aceito pela fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, que deverá ser indicado mediante declaração, na qual deverá constar o nome completo, n. do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

9.12. O preposto deverá apresentar-se à respectiva unidade fiscalizadora em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente com os servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e execução do contrato relativos à sua competência.

9.13. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.5.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a Contratada as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratante.

10.5.2. Designar um profissional para fazer a fiscalização da Contratada.

10.5.3. Disponibilizar o local e propiciar as condições para a execução dos serviços contratados.

10.5.4. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por um ou mais representantes técnicos especialmente designados pela Contratante, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

10.5.5. Programar os serviços que deverão ser cumpridos pela Contratada, de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos funcionários e das pessoas em geral que se façam presentes.

10.5.6. Notificar, por escrito, a Contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

10.5.7. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas nas Especificações Técnicas.

10.5.8. Solicitar, sempre que necessário, por escrito, a prestação dos serviços colocando à disposição da Contratada, todos os elementos técnicos necessários à perfeita identificação dos serviços a serem executados.

10.5.9. Acompanhar a execução dos serviços, efetuando as medições e pagamentos nas condições e preços pactuados.

10.5.10. Observar para que, durante a execução dos serviços, seja mantida pela Contratada, a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigida na contratação.

10.5.11. Assegurar às pessoas credenciadas pela contratada, o livre acesso aos equipamentos.

10.5.12. Prestar esclarecimentos sobre as circunstâncias em que foram observadas as irregularidades e/ou os defeitos apresentados durante o funcionamento dos equipamentos.

10.5.13. Colocar à disposição da contratada as informações técnicas disponíveis sobre os equipamentos, referentes aos serviços anteriormente executados.

10.5.14. Permitir a execução dos serviços nas instalações da contratada sempre que houver necessidade de reparos fora do local da instalação. Neste caso, as despesas de transporte dos equipamentos correrão por conta da contratada.

10.5.15. Liberar aos sábados todo o sistema quando da realização destes serviços, para os quais será necessário um período mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme as datas previstas no cronograma.

10.5.16. Em caso de eventuais trocas de componentes/peças de equipamento devidamente autorizada pela Administração, a contratada deverá fornecer ao HFA Nota Fiscal referente à compra dos mesmos, comprovando a originalidade das mesmas, ou, no caso da contratada ser a própria fornecedora da peça, apresentará ao HFA, além da Nota Fiscal, declaração de que a peça em questão é nova e original e responsabilizar-se-á integralmente pela garantia da mesma, inclusive se esta se estender além do prazo de vigência do contrato em questão;

10.5.17. Caso seja necessário realizar os serviços de manutenção corretiva em oficinas próprias, a remoção dos equipamentos ou partes desses só poderá ser feita mediante Termo de Cautela assinado por servidor da unidade e pelo técnico da empresa. Nesse caso, as partes e/ou equipamentos removidos deverão ser devolvidos à respectiva unidade e a CONTRATADA deverá montar o equipamento e deixá-lo em condições normais de funcionamento, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas. Despesas de transporte, seguro e embalagem ficarão por conta da contratada.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

- 10.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 11.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 11.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 11.23. Atender as chamadas para manutenção corretiva, quantas forem necessárias, sem quaisquer custos adicionais para a contratante, independentemente das visitas para manutenção preventiva.
- 11.24. Atender as chamadas para manutenção corretiva num prazo máximo de **02 (duas) horas**, no horário comercial ou nos horários extra-comerciais, inclusive sábados, domingos e feriados, contadas da comunicação feita pela contratante, por escrito ou por telefone, devendo em qualquer caso ser anotado o dia, a hora e o nome da pessoa que receber a comunicação devendo concluir os reparos em no máximo **24 (vinte e quatro) horas**, após a chegada do técnico ao local onde encontram-se instalados os equipamentos.
- 11.25. Executar os reparos independentemente do número de horas que forem necessárias.
- 11.26. Permitir o acompanhamento dos serviços por técnicos e/ou engenheiros do HFA no local de execução.
- 11.27. Permitir que os técnicos e/ou engenheiros do HFA inspecionem previamente os equipamentos, para constatação dos defeitos apresentados.
- 11.28. Realizar quinzenalmente as visitas de manutenção preventiva, conforme Plano de Manutenção Preventiva, a partir do início da vigência do contrato.
- 11.29. Exigir que seu Técnico ou Supervisor Técnico se apresente ao responsável pelo Setor Elétrico antes de iniciar a execução de qualquer serviço.

- 11.30. Exigir que seu Técnico ou Supervisor Técnico colabore com os servidores da contratante que forem acompanhar os serviços, fornecendo as informações sobre os serviços contratuais executados e/ou aparelhagem revisada.
- 11.31. Manter equipes de técnicos qualificados para atender às necessidades da contratante, e a comprovação atualizada e mensal da comprovação dos técnicos de nível médio e superior durante a vigência do Contrato.
- 11.32. Manter no Distrito Federal uma oficina de atendimento, perfeitamente capacitada para executar, dentro dos prazos previstos de 02(duas) horas, as manutenções corretivas, visto que são equipamentos essenciais a manutenção da vida dos pacientes dependentes, exigência esta será confirmada pela contratante por ocasião da assinatura do contrato, que elaborará termo de vistoria.
- 11.33. Dispor de peças de reposição originais em quantidade suficiente para a execução dos serviços ora contratados.
- 11.34. Prestar os serviços ora contratados através de seus técnicos que não terão nenhum vínculo empregatício com a contratante, em nenhuma hipótese.
- 11.35. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados por seus prepostos/empregados/funcionários aos equipamentos, instalações, patrimônio e bens pertencentes ao Contratante, em decorrência da execução de serviços, incluindo-se também os danos materiais ou pessoais a terceiros a que título for.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO

- 14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 14.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 14.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, j, ambos da IN nº 05/2017.
- 14.5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo II, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- 14.5.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 14.5.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 14.6. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 14.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 14.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 14.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 14.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 14.13. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.14. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 14.15. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.16. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 15.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato
- 15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 15.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. o prazo de validade;

16.4.2. a data da emissão;

16.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. o período de prestação dos serviços;

16.4.5. o valor a pagar; e

16.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1. não produziu os resultados acordados;

16.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)/ 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.
----------	------------------	---

17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice (INPC) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia 5% (cinco por cento) do valor da Concessão onerosa do imóvel, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.

18.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

18.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

18.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

18.3.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.3.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

18.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

18.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

18.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.8. Será considerada extinta a garantia:

18.8.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.8.2. No prazo de 90 dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será estendido, nos termos da comunicação.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e

19.1.5. cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. **ADVERTÊNCIA POR ESCRITO**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. MULTA DE:

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o HFA e no âmbito do MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), por até 2 (dois) anos.

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

19.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	1

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

20.3.1. **CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL:** Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, contendo no mínimo:

20.3.1.1. Comprovar ter executado SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM 01 (UMA) SUBESTAÇÃO DE ENERGIA com potência de 1,37 MVA (1370 KVA).

20.3.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

20.3.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

20.3.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.4.1. Valor Global: R\$ 691.218,12 (seiscentos e noventa e um mil duzentos e dezoito reais e doze centavos).

20.4.2. Valores unitários: conforme tabela de composição de preços constante no anexo I do Edital.

20.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço do item.

20.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS DE REFERÊNCIA

- 21.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor anual máximo.
21.2. Tal valor foi obtido a partir de Pesquisas de preço conforme consta no Mapa Comparativo de Preços.

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 22.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/112408

Fonte:

Programa de Trabalho:

Natureza da Despesa: 339039

PTRES:

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- I - Apêndice A - Memorial de Manutenção;

23. APÊNDICE A - MEMORIAL DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DO SISTEMA ELÉTRICO DAS SUBESTAÇÕES DO HFA**23.1. OBJETIVO**

Este memorial tem por objetivo estabelecer as descrições dos serviços a serem executados no sistema elétrico das subestações de alta tensão 01, 02 e 03 do Hospital das Forças Armadas (HFA), conforme serviços discriminados a seguir:

23.1.1. Da alimentação em alta tensão.

23.1.1.1. Limpeza e inspeção geral, reapertos das conexões elétricas, tratamento dos barramentos de alta tensão quanto a oxidação, substituição de isoladores quebrados, reforço da fixação dos barramentos, identificação dos barramentos e sequencialização das fases, substituição e reaperto dos conectores no primário do transformador, inspeção e manutenção dos dispositivos de manobra, lubrificação dos contatos e mecanismo de acionamento, inspeção da grade de proteção para acionamento do dispositivo de manobra.

23.1.2. Do transformador

- 23.1.2.1. Deverão ser realizados ensaio físico-químico e ensaio cromatográfico do óleo do transformador. Os itens abaixo descrevem os serviços a serem realizados:
- 23.1.2.2. Realizar análise do líquido isolante (físico-químico) e um relatório deverá ser emitido descrevendo pelo menos a Rigidez dielétrica, o Teor de água, o Fator de potência, o Índice de neutralização, o Ponto de Fulgor e a Densidade.
- 23.1.2.3. Realizar análise cromatográfica do óleo para verificar o estado de operação do transformador e emitir relatório.
- 23.1.2.4. Substituir ou filtrar e recompletar o óleo.
- 23.1.2.5. Medir o fator de potência e capacitância das buchas.
- 23.1.2.6. Medir a resistência de isolamento do transformador.
- 23.1.2.7. Medir a resistência ôhmica de contato.
- 23.1.2.8. Medir a relação de transformação em todas as fases.
- 23.1.2.9. Medir a relação de transformação, saturação e polaridade dos TC. Curto-circuitar e aterrar, todos os secundários dos TC que não tiverem previsão de uso.
- 23.1.2.10. Verificar a existência de vazamentos e corrigir.
- 23.1.2.11. Substituir o agente secador (SÍLICA GEL)
- 23.1.2.12. Verificar se o sistema de arrefecimento mantém a temperatura do transformador dentro dos limites aceitáveis (corrigir se necessário).
- 23.1.2.13. Simular a atuação de todos os dispositivos de supervisão, proteção e sinalização.
- 23.1.2.14. Verificar as tensões e isolamento dos circuitos.
- 23.1.2.15. Realizar medição da resistência elétrica em todos os enrolamentos, em todas as fases e posições do comutador de derivações em carga.
- 23.1.2.16. Realizar inspeção e limpeza do visor de indicação do nível de óleo.
- 23.1.3. **Do Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT).**
- 23.1.3.1. Realizar manutenção corretiva quando necessário no sistema elétrico.
- 23.1.3.2. Limpeza e inspeção geral, reapertos das conexões elétricas, tratamento dos barramentos de baixa tensão quanto a oxidação e avarias, substituição de isoladores quebrados, identificação dos barramentos e sequencialização das fases, inspeção e manutenção dos dispositivos de manobra e de proteção, lubrificação dos contatos e mecanismo de acionamento.
- 23.1.3.3. Realizar manutenções corretivas quando necessárias.
- 23.1.4. **Do aterramento.**
- 23.1.4.1. Realizar inspeção geral do aterramento, limpar e reapertar as conexões elétricas.
- 23.1.4.2. Realizar medições para determinar a sua resistência ôhmica da malha em média e baixa tensão e propor as devidas correções para proporcionar resistência de aterramento igual ou menor do que 10 ohms.
- 23.1.4.3. Realizar testes de eficiência de aterramento.
- 23.1.4.4. O neutro e todas as partes metálicas da subestação deverão ser aterradas no aterramento da subestação.
- 23.1.4.5. Emitir laudo de continuidade e de proteção da malha de aterramento, bem com das instalações de para-raios e gaiola de Faraday, com posterior emissão de laudo com relato de ações necessárias à adequação da mesma, caso necessário.
- 23.1.5. **Da proteção e da manobra**
- 23.1.5.1. verificar a adequação dos dispositivos de proteção e de manobra (chaves fusíveis, disjuntores, seccionadores, para-raios e dispositivos contra surtos) das subestações contra descargas atmosféricas, sobrecargas, curtos-circuitos e outras faltas. Propor correções necessárias.
- 23.1.5.2. Nos quadros gerais que não tiverem DPS estes deverão ser projetados e instalados em todos os quadros gerais de distribuição das subestações.
- 23.1.6. **Da Correção do Fator de Potência**
- 23.1.6.1. Verificar o fator de potência em baixa tensão e o funcionamento do dispositivo de correção do Fator de Potência ao longo da vigência do contrato de manutenção.
- 23.1.6.2. Instalar banco de capacitores automáticos nos quadros de baixa tensão geral das subestações.
- 23.1.7. **Das Mufas e Cabos**

- 23.1.7.1. Realizar inspeção geral, limpeza e reaperto das conexões elétricas.
- 23.1.7.2. Realizar inspeção visual conforme anexo B.
- 23.1.7.3. Verificar a resistência de isolamento dos cabos de alta e de baixa tensão quando necessário.
- 23.1.8. **Dos Para-raios**
- 23.1.8.1. Realizar inspeção geral, limpeza, reaperto de conexões elétricas e testes de resistência ôhmica de isolamento.
- 23.1.9. **Do abrigo**
- 23.1.9.1. Inspeccionar e verificar a adequação dos abrigos das subestações.
- 23.1.10. **Da segurança**
- 23.1.10.1. Devem ser fixados adesivos nas subestações e quadros conforme a norma regulamentadora NR-26.
- 23.1.11. **Da segurança ambiental**
- 23.1.11.1. Todas as operações de coletas e recompletamento químico deverão ser realizadas em consonância com as normas e recomendações de preservação ambiental em vigor.
- 23.1.12. **Da segurança do trabalho**
- 23.1.12.1. Todas as operações realizadas para a manutenção das subestações e quadros deverão ser realizadas de modo a preservar o bem-estar dos trabalhadores e das pessoas de acordo com as normas e recomendações em vigor.
- 23.1.13. **Das manutenções corretivas**
- 23.1.13.1. Detectada a necessidade de manutenção corretiva com a substituição de peças não previstas na manutenção preventiva, a contratada deverá apresentar laudo consubstanciado contendo os serviços a serem realizados, as peças a serem substituídas, e o preço para a realização da manutenção como serviço eventual, cujo orçamento será analisado pela fiscalização através de pesquisa de mercado e encaminhado ao Ordenador de Despesas do HFA para autorização.
- 23.1.14. **Das alterações**
- 23.1.14.1. Alterações na execução do serviço só poderão ser realizadas após análise e posterior autorização da Subseção de eletricidade da Subdivisão de Engenharia do HFA.
- 23.1.15. **Das Normas Aplicáveis**
- 23.1.15.1. ABNT NBR 10576:2006 – Óleo mineral isolante de equipamentos elétricos - Diretrizes para supervisão e manutenção;
- 23.1.15.2. ABNT NBR 7036:1990 - Recebimento, instalação e manutenção de transformadores de distribuição imersos em líquido isolante;
- 23.1.15.3. ABNT NBR 7036:1990 - Recebimento, instalação e manutenção de transformadores de potência em óleo isolante mineral;
- 23.1.15.4. ABNT NBR 5416:1997 - Aplicação de cargas em transformadores de potência – Procedimento;
- 23.1.15.5. ABNT NBR 14039:2005 - Instalações elétricas de alta tensão de 1,0 kV a 36,2 Kv;
- 23.1.15.6. ABNT NBR 15751:2009 - Sistemas de aterramento de subestações – Requisitos;
- 23.1.15.7. A.BNT NBR 13534:2008 – Instalações elétricas de baixa tensão – Requisitos específicos para instalação em estabelecimentos assistenciais de saúde;
- 23.1.15.8. ABNT NBR 15644:2008 - Isoladores suporte compostos poliméricos para subestações com tensões nominais acima de 1 000 V até 245 kV;
- 23.1.15.9. ABNT NBR 13231:2005 - Proteção contra incêndio em subestações elétricas de geração, transmissão e distribuição;
- 23.1.15.10. ABNT NBR 05410 - 2005 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- 23.1.15.11. ABNT NBR 5413:1992 Versão Corrigida:1992 Iluminância de interiores;
- 23.1.15.12. ABNT NBR 5459:1987 - Manobra e proteção de circuitos;
- 23.1.15.13. ANVISA RDC 50;
- 23.1.15.14. NR 6 - Equipamento de Proteção Individual;
- 23.1.15.15. NR 10 - Norma regulamentadora nº 10 segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- 23.1.15.16. NR 23 - Proteção Contra Incêndios;
- 23.1.15.17. NR 26 - Sinalização de Segurança;
- 23.1.15.18. NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde;
24. **APÊNDICE B - DA INSPEÇÃO GERAL**
- 24.1. **A verificação do Sistema Elétrico por Inspeção Geral tem por objetivo verificar o seguinte:**
- 24.1.1. As medidas de proteção contra choques elétricos (contatos diretos e indiretos)
- 24.1.2. A seleção dos condutores de acordo com as suas correntes admissíveis e com a queda de tensão;
- 24.1.3. A seleção e regulação dos dispositivos de proteção e vigilância;
- 24.1.4. A seleção dos equipamentos e das medidas de proteção apropriadas de acordo com as condições de influências externas.
- 24.1.5. A identificação dos condutores de fase, de neutro e dos condutores de proteção.
- 24.1.6. A forma como estão executadas as ligações dos condutores.
- 24.1.7. A verificação de oxidação, corrosão, defeitos e danos em barramentos e chaves seccionadoras.
- 24.1.8. A vazamento de óleo nos dispositivos do sistema elétrico.
- 24.1.9. A estado do encapsulamento dos cabos elétricos.
- 24.1.10. O estado de conservação dos componentes elétricos.
- 24.1.11. A contaminação dos componentes elétricos quanto a agentes ambientais, biológicos e meteorológicos.
- 24.1.12. As condições dos conectores.
- 24.1.13. A existência e a atualização da documentação da rede elétrica (diagrama da rede elétrica, planos de manutenção e procedimentos de manutenção).
- 24.1.14. A atualização do plano de chamada da empresa de manutenção contratada e dos integrantes da Subseção de Eletricidade do HFA;
- 24.1.15. A análise de óleo das chaves e transformadores.
- 24.1.16. A análise e ajuste de TAP dos transformadores.
- 24.1.17. Verificar os barramentos quanto a oxidação ou avaria.
- 24.1.18. Verificar e ajustar os disjuntores.
- 24.1.19. Inspeccionar, verificar e reapertar os conectores dos barramentos e dispositivos elétricos.
- 24.1.20. Realizar abertura e limpeza das câmaras de extinção de arco.
- 24.1.21. Realizar inspeção e limpeza dos contatos.
- 24.1.22. Realizar inspeção, limpeza e lubrificação do mecanismo.

24.1.23. Verificar a inserção e extração.

25. APÊNDICE C - DOS ENSAIOS

25.1. **A verificação do Sistema Elétrico por meio de Ensaios deve incluir, quando aplicáveis, pelo menos, os seguintes ensaios, os quais devem ser realizados, preferencialmente, pela ordem indicada:**

25.1.1. Continuidade dos condutores de proteção e das ligações equipotenciais principais e suplementares.

25.1.2. Garantir o escoamento para a terra da corrente de falta e assim fazer atuar o dispositivo diferencial antes que a tensão de contato se torne perigosa preconizando a eficiência de aterramento mínima prevista em norma.

25.2. Resistência de isolamento da instalação elétrica.

25.2.1. A realização dos testes de resistência de isolamento tem por objetivo verificar a existência de corrente de fuga e de curto-circuitos nas redes elétricas.

25.2.2. A resistência de isolamento da instalação elétrica deve ser medida entre cada condutor ativo (fase e neutro) e a terra.

25.2.3. A medição da resistência de isolamento deve ser efetuada:

25.2.3.1. Entre a fase e o neutro para uma instalação monofásica.

25.2.3.2. Entre fases e entre as fases e o neutro e entre fases e terra (ou massa) para uma instalação trifásica.

25.3. Proteção por Meio da Separação dos Circuitos.

25.3.1. A separação de elementos com tensão de elementos de outros circuitos e da terra deve ser verificada através da medição da resistência de isolamento.

25.4. Resistência de Isolamento dos Elementos da Construção (tetos, paredes, etc.)

25.4.1. Quando for necessária a proteção por recurso a locais não condutores, devem ser efetuadas, em um mesmo local, no mínimo, três medições da resistência de isolamento dos elementos da construção (paredes, tetos, pavimentos, etc.).

25.4.2. Quando as cargas da instalação não podem ser ligadas ao condutor de proteção elétrica, por exemplo em laboratórios, a proteção é dada pelo próprio local sempre e quando as suas paredes, tetos e pavimentos sejam não condutores.

25.4.3. A resistência é medida entre um eletrodo de ensaio (como, por exemplo, uma placa metálica quadrada de 250mm com um quadrado de papel molhado em água de 270mm ao qual foi retirado a água em excesso) e um condutor de proteção da instalação.

25.4.4. Garantir a integridade das instalações de alvenaria reparando pinturas, infiltrações, avarias e sanando patologias das instalações civis.

25.5. Corte Automático da Alimentação.

25.5.1. Verificar a eficiência das medidas de proteção contra os contatos indiretos por corte automático da alimentação consoante os esquemas das ligações à terra (TN, TT ou IT).

25.5.1.1. Esquema TN

25.5.1.2. Medir a impedância da malha de defeito.

25.5.1.3. Verificar as características do dispositivo de corte associado e ensaio do diferencial.

25.5.1.4. Esquema TT

25.5.1.5. Medir a resistência do eletrodo de terra;

25.5.1.6. Realizar inspeção visual e ensaio do dispositivo diferencial.

25.5.1.7. Esquema IT

25.5.1.8. Calcular ou medir a corrente de falta.

25.6. Ensaio da Polaridade;

25.6.1. Quando não for permitida a instalação de dispositivos de corte unipolar no condutor de neutro, deve ser realizado um ensaio de polaridade, com vista a verificar que esses dispositivos estão apenas instalados nos condutores de fase.

25.6.2. A polaridade incorreta resulta no fato de partes de uma instalação permanecerem ligadas a um condutor de fase com tensão, mesmo quando um interruptor unipolar está desligado, ou quando um dispositivo de proteção contra sobrecarga já disparou.

25.7. Ensaio Funcionais.

25.7.1. Submeter ensaio funcional aos conjuntos de equipamentos (conjuntos de aparelhos, motores e os seus auxiliares, comandos, etc) com o objetivo de verificar se estão corretamente montados, regulados e instalados nas condições indicadas nas Normas Técnicas em vigor.

25.7.2. Os dispositivos de proteção devem ser submetidos, se necessário, a ensaios funcionais, com o objetivo de verificar se estão corretamente instalados e regulados.

25.8. Disjuntor de BT

25.8.1. Realizar inspeção e limpeza dos contatos.

25.8.2. Realizar inspeção, limpeza e lubrificação do mecanismo.

25.8.3. Verificar a inserção e extração.

25.8.4. Realizar testes operacionais.

25.8.5. Medir a resistência ôhmica dos contatos.

25.8.6. Medir a resistência ôhmica da isolação.

25.8.7. Realizar ensaios de ligar e desligar.

25.8.8. Realizar teste do relé de proteção.

26. APÊNDICE D - DA ANÁLISE DA REDE ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO

26.1. **A análise da rede elétrica deverá ser realizada na quantidade de 4 (quatro) vezes ao ano e destina-se a registrar os seguinte parâmetros elétricos:**

26.1.1. Tensão da Fase A em volts.

26.1.2. Tensão da Fase B Em volts.

26.1.3. Tensão da Fase C em volts.

26.1.4. Corrente da Fase A em Ampéres.

26.1.5. Corrente da Fase B em Ampéres.

26.1.6. Corrente da Fase C em Ampéres.

26.1.7. Potência Ativa das Fases A, B e C em Watts.

26.1.8. Potência reativa das Fases A,B e C em Volt-ampere reativa.

26.1.9. Frequência em Hertz.

26.1.10. Distorção Harmônica de Tensão nas fases A, B e C.

26.1.11. Distorção Harmônica de Corrente nas fases A, B e C.

- 26.1.12. Espectro de Harmônicas de Tensões até a 19ª ordem.
- 26.1.13. Espectro de Harmônicas de correntes até a 19ª ordem.
- 26.1.14. Emissão de gráficos e relatórios analíticos de todas as grandezas elétricas de:
- 26.1.15. Tensão e corrente.
- 26.1.16. Potência ativa e reativa diária por fase e total.
- 26.1.17. THD de tensão e de corrente.
- 26.1.18. Potência aparente por fase e total.
- 26.1.19. Frequência.
- 26.1.20. Fator de potência por fase e total.
- 26.1.21. Fator de demanda.
- 26.1.22. Fator de carga.
- 26.1.23. Balanceamento de fases.
- 26.1.24. Utilização de energia ativa e reativa.



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

ANEXO II - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 09/2020-HFA, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS (HFA) E EMPRESA

A **UNIÃO**, entidade de direito público interno, por intermédio do **HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS (HFA)**, com sede no Setor HFA, S/Nº, Sudoeste, Brasília DF, CEP 70693-900, CNPJ nº **03.568.867.0001/36**, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas **KLADSON TAUMATURGO FARIAS** - Cel, nomeado pelo Boletim Interno nº 050/HFA, de 14 de março de 2019, CPF nº -----, portador da Carteira de Identidade nº -----, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) ----- CNPJ nº -----, sediado(a) na -----, em ----- doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) -----, portador(a) da Carteira de Identidade nº -----, expedida pela(o) -----, e CPF nº -----, tendo em vista o que consta no Processo nº ----- e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507/2018 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **09/2020-HFA**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, permanente nas Subestações de energia nºs 01, 02 e 03 e de prestação de serviços eventuais na rede elétrica de alta e de baixa tensão do Sistema Elétrico do Hospital das Forças Armadas – HFA, compreendendo todos os dispositivos elétricos, com substituição de peças e acessórios novos e originais, sob demanda, visando aumentar a eficiência e manter as condições ideais de segurança do sistema elétrico do HFA, conforme legislação vigente, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

1.2. QUANTITATIVO DOS SERVIÇOS

GR	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	CÓDIGO CATSERV	QTDE	UNID MED	VALOR UNIT / MÊS	VALOR TOTAL / ANO
1	1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva, permanente nas Subestações de energia nºs 01, 02 e 03 e de prestação de serviços eventuais na rede elétrica de alta e de baixa tensão do Sistema Elétrico do Hospital das Forças Armadas – HFA, compreendendo todos os dispositivos elétricos, com substituição de peças e acessórios novos e originais, sob demanda, visando aumentar a eficiência e manter as condições ideais de segurança do sistema elétrico do HFA, conforme legislação vigente, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de Referência.	19810	1	Mês		
	2	Fornecimento e aplicação e de peças/acessórios novos e originais, sob demanda. (Valor de Referência Fixo: R\$ 100,00 - Não será dado lance).	402800	2304	Unidade		
VALOR TOTAL (MENSAL E ANUAL)							

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de -----/-----/----- e encerramento em -----/-----/-----, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de **60 (sessenta) meses**, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

- 4.1.1. Gestão/Unidade: 00001/112408
- 4.1.2. Fonte: 0100
- 4.1.3. Programa de Trabalho: 05.122.2108.2000.0001
- 4.1.4. Natureza da Despesa: 339039
- 4.1.5. PTRES: 085876

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo “I”, do Edital.

8.2. As disposições concernentes à METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, pelo qual o Fiscal do Contrato poderá avaliar a qualidade e o controle e registros dos resultados será o Instrumento de Medição de Resultados - IMR (Anexo VII do Edital).

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo “I”, do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo “I” do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo “I” do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, nos casos de descumprimento deste instrumento.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e
- 11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

- 12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira; e
- 12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLAUSULA DECIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 2020

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

OBS.: APÓS A CONCLUSÃO DO PREGÃO EM QUESTÃO, AO TERMO DE CONTRATO CORRESPONDENTE DELE ORIGINADO, SERÁ INSERIDA A PROPOSTA DE PREÇOS FINAL DETALHADA DO VENCEDOR, SUA PROPOSTA DE PREÇO, A FORMA DE EXECUÇÃO PORMENORIZADA, O PREÇO E A FORMA DE PAGAMENTO .

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

1. QUANTITATIVO DOS SERVIÇOS

GR	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	CÓDIGO CATSERV	QTDE	UNID MED	VALOR UNIT / MÊS	VALOR TOTAL / ANO
1	1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva, permanente nas Subestações de energia n°s 01, 02 e 03 e de prestação de serviços eventuais na rede elétrica de alta e de baixa tensão do Sistema Elétrico do Hospital das Forças Armadas – HFA, compreendendo todos os dispositivos elétricos, com substituição de peças e acessórios novos e originais, sob demanda, visando aumentar a eficiência e manter as condições ideais de segurança do sistema elétrico do HFA, conforme legislação vigente, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de Referência.	19810	1	Mês		
	2	Fornecimento e aplicação e de peças/acessórios novos e originais, sob demanda. (Valor de Referência Fixo: R\$ 100,00 - O VALOR TOTAL DESTE ITEM DEVERÁ SER IGUAL AO VALOR ESTIMADO).	402800	2304	Unidade		
VALOR TOTAL ESTIMADO (MENSAL E ANUAL)							

1.1. ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO DOS SERVIÇOS (MENSAL):

1.1.1. QUANTITATIVO DO MATERIAL / SERVIÇO:

DETALHAMENTO DA MÃO DE OBRA MENSAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	SUBESTAÇÃO 1				
1.1	Manutenção de Chave Seccionadora a óleo (HITACHI-LINE 13,8 KVA)	und	1		
1.2	Manutenção de Transformadores de 750 KVA	und	2		
1.3	Manutenção de Disjuntor a pequeno volume de óleo (Chave Geral) alta tensão	und	1		
1.4	Manutenção de Quadro Geral de Baixa Tensão da Subestação	und	1		
1.5	Manutenção de Grupo Gerador de 375 KVA CUMMINS	und	3		
1.6	Manutenção de Grupo Gerador de 385 KVA CUMMINS	und	1		
1.7	Manutenção de USCA COMAP AMF-25	und	4		
1.8	Manutenção de QTA automático para GMC de 375 KVA	und	3		
1.9	Manutenção de USCA com reversão manual para 385 KVA	und	1		
1.10	Manutenção de Central de combustível para os geradores	und	1		
1.11	Manutenção de aterramento	und	1		
1.12	Manutenção de Cabos alimentadores (RI)	und	1		
1.13	Manutenção de abrigo	und	1		
SUBTOTAL DE MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA SUBESTAÇÃO 1					
2	SUBESTAÇÃO 2				
2.1	Manutenção de Chave Seccionadora a óleo (HITACHI LINE)	und	1		
2.2	Manutenção de Transformador de 750 KVA	und	1		
2.3	Manutenção de Quadro Geral de Baixa Tensão da Subestação	und	1		
2.4	Manutenção de Grupo Gerador de 450 KVA HEIMER	und	1		
2.5	Manutenção de USCA/QTA automático HEIMER	und	1		
2.6	Manutenção de aterramento	und	1		
2.7	Manutenção de Cabos alimentadores (RI)	und	1		
2.8	Manutenção de abrigo	und	1		
SUBTOTAL DE MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA SUBSTAÇÃO 2					
3	SUBESTAÇÃO 3				
3.1	Manutenção de Chave Seccionadora	und	1		
3.2	Manutenção de Chave Fusível	und	1		
3.3	Manutenção de Transformador de 500 KVA	und	1		
3.4	Manutenção de Quadro Geral de Baixa Tensão da Subestação	und	1		
3.5	Manutenção de aterramento	und	1		
3.6	Manutenção de Cabos alimentadores (RI)	und	1		
3.7	Manutenção de abrigo	und	1		

SUBTOTAL DE MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA SUBSTACÃO 3				
4	ANÁLISE DE ENERGIA COM EQUIPAMENTO INSTALADO IN LOCO DURANTE UMA SEMANA			
4.1	MÃO DE OBRA			
4.1.1	Engenheiro Eletricista	hora	8	
4.1.2	Eletrotécnico	hora	8	
4.1.3	Ajudante Geral	hora	8	
4.2	EQUIPAMENTO DE MEDIÇÃO			
4.2.1	Equipamento de medição	hora	168	
SUBTOTAL DA ANÁLISE DE ENERGIA COM EQUIPAMENTO INSTALADO DURANTE UMA SEMANA (I)				
SUBTOTAL DA ANÁLISE DE ENERGIA PARA QUATRO VEZES AO ANO (II) = (I) x 4				
SUBTOTAL MENSAL DA ANÁLISE DE ENERGIA (III) = (II) / 12				
TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS (A) = 1 + 2 + 3 + (III)				
ORÇAMENTO ANUAL DE CUSTOS DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS				
Valor mensal dos serviços (A)	Valor anual dos serviços (B) = (A) x 12		Reserva para Eventuais Peças e Componentes (C) = 50% de (B)	Valor Global Anual (D) = (B) + (C)
R\$	R\$		R\$	R\$

DETALHES DA PROPOSTA

Poderá ser solicitado pelo pregoeiro detalhamentos dos custos, tais como: impostos, lucros, despesas indiretas e outros julgados pertinentes, visando a comprovação da proposta.

Validade da proposta: _____ dias.

Prazo de entrega do objeto: Até _____ Dias.

Declaração: Os preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transporte, entrega (frete) e outros de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

CIDADE/ESTADO, _____ de _____ de 2020.

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS
MINISTÉRIO DA DEFESA

ANEXO IV - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Indicador: ANÁLISE DA EXECUÇÃO CONTRATUAL	
Nº 01 - Proporcionalidade ao atingimento de metas estabelecidas no IMR (Pontualidade, Encargos trabalhistas e Manutenção das condições de habilitação)	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a execução dos serviços, execução dos serviços e Relatórios.
Meta a cumprir	100% dos serviços executados, a manutenção das obrigações trabalhista e a manutenção das condições de habilitação, adequados à perspectiva da administração.
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo abaixo indicado.
Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das atividades da execução dos serviços (Item 4 do TR), conforme perspectiva da Administração e posterior lançamento do resultado na planilha de controle.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	O número de ocorrências no trimestre refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou, a glosa, pelo não atingimento.
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato. Será formalizada no 90º (nonagésimo) dia da data da assinatura do Contrato, no primeiro dia útil imediatamente subsequente ao mês do 90º dia.
Faixas de ajuste no pagamento	0 a 3 ocorrências = 100% da meta = recebimento de 100% da fatura. 4 a 6 ocorrências = 95% da meta = recebimento de 95% da fatura. 7 a 9 ocorrências = 90% da meta = recebimento de 90% da fatura. 10 a 12 ocorrências = 85% da meta = recebimento 85% da fatura.

Sanções	As prevista no Instrumento convocatório
Observações	Os níveis de serviços serão avaliados trimestral e consecutivamente como forma de avaliação da qualidade da prestação dos serviços. A primeira avaliação será formulada após o 90º (nonagésimo) dia da data de assinatura do Contrato, no primeiro dia útil imediatamente subsequente ao mês do 90º dia. O ajuste no pagamento, se houver, será formalizado no primeiro dia útil imediatamente subsequente ao mês do 90º (nonagésimo) dia da data da assinatura do Contrato. A existência de mais de 13 (treze) ocorrências, inclusive, considerar-se á como atingida 5% da meta, caracterizar-se-á inexecução parcial ou rescisão. Recebimento de 5% da fatura.

TABELA I - FATORES DE AVALIAÇÃO										
ITEM	METAS	Mês 1		Mês 2		Mês 3		Nº Ocorrências		
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	Mês 1	Mês 2	Mês 1
1	Manter a documentação de habilitação atualizada.									
2	Manter o atendimento na manutenção dos equipamentos conforme previsto no Termo de Contrato.									
3	Manter os serviços contratuais nos prazos definidos no Termo de Contrato.									
4	Observar a periodicidade e o modo de execução dos serviços, conforme estabelecido no Termo de Contrato.									
5	Registrar e controlar a manutenção dos equipamentos fornecidos em locação, substituindo quando apresentarem defeitos, no prazo estabelecido									
6	Providenciar substituição tempestiva de quaisquer itens com defeito									
7	Cumprir as políticas de segurança do HFA.									
8	Ser cordial no trato com os servidores do HFA.									
9	Permitir a presença de empregado sem uniforme ou com uniforme incompleto, rasgado e/ou sujo.									
11	Permitir a execução dos serviços por colaboradores sem qualificação e/ou sem identificação (uso de crachás).									
12	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais									
13	Utilizar as dependências do HFA para fins diversos do objeto do Contrato.									
14	Deixar de recolher os tributos e encargos sociais previstos no contrato									
TOTAL DE OCORRÊNCIAS, NO TRIMESTRE, PARA METAS										

TABELA II - AJUSTES NO PAGAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	VALORES / QUANTIDADE
VALOR DO CONTRATO TRIMESTRAL (A)	R\$
Período	90 DIAS
Número de Ocorrências (B)	

TABELA III - FAIXAS DE OCORRÊNCIAS

NÚMERO DE OCORRÊNCIAS NO TRIMESTRE (B)	ATINGIMENTO DA META % (C)	FATOR IMR (A) x (C)	VALOR RECEBIDO PELA EMPRESA
0 a 3	100%	R\$	R\$
4 a 6	95,00%	R\$	R\$
7 a 9	90,00%	R\$	R\$
10 a 12	85,00%	R\$	R\$
Mais que 13 - Inexecução parcial ou rescisão	5%	R\$	R\$
VALOR RECEBIDO			R\$



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **2188913** e o código CRC **9C0C8539**.

Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2019-HFA (Processo Nº 60.550.024317/2019-55)

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Edital modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Continuados com mão de obra sem dedicação exclusiva
Atualização: Dezembro/2019